



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para instituir incentivos fiscais para municípios que atualizem suas legislações para facilitar a instalação de infraestrutura para a tecnologia 5G, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 7-C. Os municípios que atualizarem suas legislações municipais para facilitar a instalação de infraestrutura de telecomunicações, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Lei e em suas regulamentações, terão direito aos seguintes incentivos:

- I. Prioridade no acesso aos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para projetos de infraestrutura de telecomunicações;
- II. Isenção ou redução de impostos e taxas municipais incidentes sobre a instalação e operação de infraestrutura de telecomunicações, por um período determinado em regulamentação da Anatel." (NR)

Câmara dos Deputados | Anexo IV Gabinete 760 | – CEP: 70160-900 –  
Brasília-DF

Tel (61) 3215-5760 | [dep.amommandel@camara.leg.br](mailto:dep.amommandel@camara.leg.br)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **AMOM MANDEL – CIDADANIA/AM**

Apresentação: 16/12/2024 14:22:28.307 - Mesa

PL n.4885/2024

Art. 2º As prestadoras de serviços de telecomunicações que investirem prioritariamente em municípios que tenham atualizado suas legislações para facilitar a instalação de infraestrutura para a tecnologia 5G terão direito aos seguintes incentivos:

I - dedução de parte dos investimentos realizados em infraestrutura de telecomunicações em tais municípios do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);

II - prioridade no acesso a frequências para a prestação de serviços de telecomunicações nas faixas destinadas à tecnologia 5G.

Art. 3º A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) regulamentará a presente Lei, definindo:

I - os critérios para a concessão dos incentivos previstos nos arts. 1º e 2º;

II - o valor dos incentivos e o período de sua vigência;

III - os demais procedimentos necessários para a implementação desta Lei.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Municípios que alinham suas regras à Lei Geral de Antenas atraem investimentos, ampliam a cobertura digital e possibilitam o uso pleno do potencial do 5G, essencial para a economia digital. Municípios que atualizam suas legislações para facilitar a instalação de antenas estão melhor posicionados para atrair investimentos em infraestrutura tecnológica. A conectividade é um motor para o crescimento econômico, pois melhora a competitividade local, atrai empresas de tecnologia e facilita o acesso a serviços públicos digitais, como saúde e educação.

Câmara dos Deputados | Anexo IV Gabinete 760 | – CEP: 70160-900 –  
Brasília-DF

Tel (61) 3215-5760 | [dep.amommandel@camara.leg.br](mailto:dep.amommandel@camara.leg.br)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240715049400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





Os incentivos fiscais, como acesso a fundos nacionais (FUST) ou benefícios tributários paraadoras, criam um estímulo direto para que as cidades modernizem suas regulamentações. Isso é crucial para acelerar a implantação do 5G e fortalecer a economia digital, especialmente em regiões que enfrentam maior exclusão digital.

No Amazonas, por exemplo, apenas 7 municípios possuem acesso ao 5G, de uma totalidade de mais de 60 municípios, o que corrobora para essa exclusão digital expressiva e evidencia as desigualdades regionais no acesso à tecnologia. Essa limitação impede que grande parte da população usufrua dos benefícios da conectividade de alta velocidade, dificultando o acesso a serviços essenciais, como educação à distância, telemedicina e oportunidades econômicas baseadas na economia digital.<sup>1</sup>

A presente proposta legislativa visa acelerar a implantação da tecnologia 5G no Brasil, incentivando os municípios a atualizarem suas legislações para facilitar a instalação de infraestrutura de telecomunicações. Ao oferecer incentivos financeiros tanto para os municípios quanto para asadoras, esta lei cria um ambiente mais propício para os investimentos em conectividade, beneficiando toda a sociedade.

Em resumo, a presente proposta legislativa, ao oferecer incentivos financeiros e criar um ambiente regulatório mais favorável, representa um investimento estratégico na expansão da tecnologia 5G no Brasil. Ao estimular a harmonização das legislações municipais com as diretrizes federais, a lei impulsionará a instalação de infraestrutura de telecomunicações, atraindo investimentos privados, ampliando a cobertura digital e, consequentemente, fomentando o crescimento econômico e a inclusão digital em todo o território nacional. A modernização das regulamentações municipais, combinada com incentivos financeiros, é crucial para que os benefícios da economia digital,

1 AZEVEDO, Lívia. 5G no Amazonas já foi implementada em 7 municípios. 28 de Agosto de 2024. Brasil 61. Disponível em: <https://brasil61.com/n/5g-tecnologia-5g-ja-foi-implementada-em-7-municipios-do-amazonas-bras2412510>. Acesso em: 12/12/2024.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **AMOM MANDEL – CIDADANIA/AM**

impulsionada pelo 5G, sejam plenamente alcançados, reduzindo as desigualdades e promovendo o desenvolvimento sustentável do país.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.  
Deputado AMOM MANDEL

Apresentação: 16/12/2024 14:22:28.307 - Mesa

PL n.4885/2024

Câmara dos Deputados | Anexo IV Gabinete 760 | – CEP: 70160-900 –  
Brasília-DF

Tel (61) 3215-5760 | [dep.amommandel@camara.leg.br](mailto:dep.amommandel@camara.leg.br)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240715049400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

